CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Eduardo Bolsonaro indicou André do Prado ao Senado

André do Prado emite nota de solidariedade a Eduardo Bolsonaro

O deputado estadual André do Prado (PL), eleito senador por São Paulo no último domingo (4), manifestou solidariedade a Eduardo Bolsonaro após o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinar o cumprimento da pena de quatro anos e dois meses de prisão do ex-deputado. A decisão, divulgada nesta quinta-feira (8), inclui mandado de prisão e cancelamento de passaportes. André classificou a medida como "inoportuna" diante do momento político e defendeu o respeito à Constituição e às liberdades. Antes da campanha eleitoral, Eduardo havia sido anunciado como primeiro suplente de André na disputa pelo Senado, mas desistiu da composição da chapa em julho, após sua condenação. O senador eleito afirmou ainda que "ninguém está acima da lei e defendeu o restabelecimento da ordem democrática para fortalecer as instituições e garantir segurança jurídica no país".

Justiça de SP libera bet até 25 de outubro

A Justiça Federal de São Paulo concedeu nesta quinta-feira (8) uma liminar que permite à casa de apostas Stake voltar a operar no Brasil até 25 de outubro. A decisão da juíza Cristiane Farias Rodrigues dos Santos, da 9ª Vara Cível Federal, suspende o bloqueio da plataforma e impede sanções pela continuidade das atividades nesse período. A empresa havia solicitado autorização até 2029, mas o pedido foi negado. A decisão limita parcialmente os efeitos da medida provisória que proibiu as bets no país.

DIVULGAÇÃO

Thomas Carvalhaes, gerente nacional da Stake.

SP quer aderir a programa fiscal federal

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) encaminhou à Alesp projeto de lei que autoriza o Estado de São Paulo a aderir ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, previsto na legislação federal. A medida permite substituir o atual modelo de ajuste fiscal por um sistema de acompanhamento das contas estaduais pelo Tesouro Nacional. O programa estabelece metas fiscais, envio de informações sobre receitas, despesas e dívidas, além de regras para novos empréstimos. A adesão depende de aprovação da Assembleia.

Fabiana Bolsonaro propõe moção por Israel

A deputada estadual Fabiana Bolsonaro(PL) apresentou moção na Assembleia Legislativa de São Paulo em solidariedade às vítimas dos ataques do Hamas contra Israel, que completaram três anos na quarta-feira (7). O texto lembra os 1.200 mortos e 251 sequestrados em 2023, manifesta apoio à comunidade judaica paulista e repudia o terrorismo e o antissemitismo. A proposta também defende a preservação da memória das vítimas e a paz.

Sabesp mira indústrias

A Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo (Arsesp) autorizou a Sabesp a oferecer condições comerciais diferenciadas para grandes indústrias. A medida, publicada nesta quinta-feira (8), busca manter e atrair clientes industriais. A concessionária deverá informar à agência situações excepcionais e apresentar relatórios mensais.

Arsesp multa Sabesp

A Arsesp manteve multa de R$ 57.072,48 contra a Sabesp por descumprir a meta de perdas de água em Itanhaém, em 2021. A decisão foi publicada nesta quinta-feira (8), no Diário Oficial. O índice registrado foi de 188 litros por ligação ao dia, acima do limite de 144,9 litros. A agência rejeitou a defesa da empresa, que ainda poderá recorrer da decisão.

Estado envelhecendo

São Paulo passou a ter mais idosos do que pessoas com menos de 15 anos. Segundo a Fundação Seade, dados de 2025 apontam 101 moradores com 60 anos ou mais para cada 100 crianças e adolescentes. Em 1950, eram 11,6. A população idosa soma 8,4 milhões de pessoas, o equivalente a 18,4% dos habitantes do estado. As mulheres são maioria.

Atrofia Muscular Espinhal

A partir de segunda-feira(12), o teste do pezinho realizado pelo SUS em São Paulo passará a rastrear a Atrofia Muscular Espinhal (AME). A medida valerá para os 645 municípios e beneficiará aproximadamente 475 mil recém-nascidos por ano. O governo estadual investirá R$ 20 milhões na ampliação do exame, que permite identificar a doença precocemente.

Preço brinquedos I

Pesquisa do Procon-SP para o Dia das Crianças identificou variação superior a 50% nos preços de 66 dos 97 brinquedos analisados em sites de varejo. A maior diferença foi registrada no jogo Monopoly Grab & Go, da Hasbro, vendido entre R$ 22,90 e R$ 72, uma variação de 214,41%. O levantamento foi realizado nos dias 15 e 16 de setembro.

Preço brinquedos II

Entre outros produtos, o boneco Lucas Neto apresentou diferença de 180% nos preços, enquanto o jogo Uno variou 141%. Na comparação de 72 itens pesquisados em 2025 e 2026, o Procon-SP constatou queda de 6,85% no preço médio, apesar da inflação de 3,55% no período. A pesquisa também abrangeu 55 lojas físicas em 11 cidades paulistas.

CÂMARA DE PRAIA GRANDE

Eduarda Campopiano (PL) recebeu 1.956.238 votos nas eleições de 2026

Campopiano teve projeto de lei exclusivo para meninos negado

Proposta contra violência escolar violava o princípio da igualdade, apontou Jurídico

Da **Redação**

A candidata a deputada estadual mais votada de São Paulo, Eduarda Campopiano (PL), teve um projeto de lei recusado pela Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Praia Grande, no litoral paulista. A proposta previa a criação de um programa de proteção contra a violência escolar exclusivo para meninos.

O Jurídico da Casa apontou possível violação ao princípio constitucional da igualdade e recomendou o arquivamento do projeto.

Denominado "Meninos Fortes, Proteção, Responsabilidade e Segurança Pessoal", o programa previa acolhimento de estudantes vítimas de bullying, agressões, ameaças, assédio e abuso, além de palestras, oficinas e orientação às famílias.

Na justificativa, Campopiano argumentou que meninos também sofrem violência escolar, mas que essas situações frequentemente são minimizadas ou consideradas parte natural do crescimento masculino. Segundo a vereadora, isso pode dificultar a busca por ajuda e permitir a repetição das agressões.

A parlamentar mencionou o caso de um menino de 10 anos que perdeu a visão de um olho após agressões no ambiente escolar, divulgado pela imprensa em 2025. A proposta também previa atividades de segurança pessoal e autocontrole, sem incentivar confrontos físicos.

Apesar dos argumentos, a comissão considerou que não foram apresentados elementos concretos suficientes para justificar uma política pública exclusiva para estudantes do sexo masculino.

O parecer contrário ao Projeto de Lei nº 112/2026 foi emitido em 24 de agosto, sob relatoria de Renata Zabeu Luz, seguindo entendimento da Procuradoria Jurídica da Câmara, que também considerou a proposta inconstitucional.

O parecer destacou ainda que o artigo 5º da Constituição Federal estabelece a igualdade de direitos e que tratamentos diferenciados precisam ter justificativa objetiva.

Outro fundamento foi a Lei Municipal nº 1.471/2009, que já instituiu medidas de prevenção e combate ao bullying nas escolas públicas de Praia Grande, sem distinção entre meninos e meninas.

A comissão recomendou que as ações de proteção alcancem todos os estudantes. O parecer contrário prevê a possibilidade de arquivamento definitivo, conforme o artigo 64 do Regimento Interno da Câmara.